



Câmara Municipal de Lisboa

BENEFÍCIOS FISCAIS - IMI e IMT

Prédio urbano objeto de reabilitação urbana (artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais)

Documentos a entregar

	Entregue	Em falta
- Requerimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Identificação do requerente		
- <u>Pessoas singulares</u> : exibição do documento de identificação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- <u>Sociedades comerciais</u> ou <u>Fundos de Investimento Imobiliário</u> : certidão da conservatória do registo comercial válida ou código de acesso à certidão permanente (preenchido no respetivo campo deste formulário) exibição do documento de identificação do(s) representante(s) legal(is)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- <u>Associações</u> ou <u>Fundações</u> : estatutos; ata de eleição dos corpos diretivos; exibição do documento de identificação do(s) representante(s) legal(is)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- <u>Condomínios</u> : cartão de entidade equiparada a pessoa coletiva; ata de eleição do(s) administrador(es); exibição do documento de identificação do(s) administrador(es)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- <u>Mandatários</u> : procuração ou outro documento que confira o direito de representação; exibição do documento de identificação do mandatário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Documentos instrutórios gerais a apresentar com o pedido de vistoria inicial

(antes da obra de reabilitação):

- Cópia da certidão da conservatória do registo predial válida ou código de acesso à certidão permanente (preenchido no respetivo campo deste formulário)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Cópia da caderneta predial (Autoridade Tributária e Aduaneira) emitida há menos de um ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Cópia do certificado de inspeção da instalação de gás (ou declaração assinada em como não é aplicável)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Cópia do certificado de inspeção de elevadores (ou declaração assinada em como não é aplicável) ou cópia do pedido para realização de vistoria, apresentado junto dos serviços do Município	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Documentos instrutórios específicos a apresentar com o pedido de vistoria final

(após a realização de obra de reabilitação):

	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Isenção de IMI		
- Termo de responsabilidade assinado por perito qualificado que: a) <u>atesta</u> o cumprimento dos requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica a que se refere o art. 30.º do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, na sua última redação ou b) <u>atesta e justifica</u> a sua dispensa nos termos do disposto no art. 6.º do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, na sua última redação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Cópia do certificado de inspeção da instalação de gás (ou declaração assinada em como não é aplicável)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Cópia do certificado de inspeção de elevadores (ou declaração assinada em como não é aplicável) ou cópia do pedido para realização de vistoria, apresentado junto dos serviços do Município	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Cópia da certidão da conservatória do registo predial válida ou código de acesso à certidão permanente (preenchido no respetivo campo deste formulário)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Cópia da caderneta predial (Autoridade Tributária e Aduaneira) emitida há menos de um ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



Câmara Municipal de Lisboa

Benefícios fiscais - IMI e IMT
Prédio urbano objeto de reabilitação urbana (art. 45.º do EBF)

Documentos a entregar (cont.)

	Entregue	Em falta
Isenção de IMT		
- Termo de responsabilidade assinado por perito qualificado que:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
a) <u>atesta</u> o cumprimento dos requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica a que se refere o art. 30.º do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, na sua última redação		
ou		
b) <u>atesta e justifica</u> a sua dispensa nos termos do disposto no art. 6.º do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, na sua última redação		
- Cópia do documento comprovativo de aquisição do imóvel ou fração (ex. escritura de compra e venda, de doação, entre outros títulos, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Cópia do documento comprovativo do pagamento do IMT	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Cópia do certificado de inspeção da instalação de gás (ou declaração assinada em como não é aplicável)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Cópia do certificado de inspeção de elevadores (ou declaração assinada em como não é aplicável) ou cópia do pedido para realização de vistoria, apresentado junto dos serviços do Município	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Cópia da certidão da conservatória do registo predial válida ou código de acesso à certidão permanente (preenchido no respetivo campo deste formulário)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Cópia da caderneta predial (Autoridade Tributária e Aduaneira) emitida há menos de um ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <u>Documentos a juntar no caso de isenção na primeira transmissão do imóvel reabilitado que se destine ao arrendamento para habitação permanente:</u>		
- Cópia do contrato de arrendamento para habitação permanente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Cópia do último recibo de renda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 Vistoria para efeitos de renovação de isenção de IMI		
<u>Imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente:</u>		
- Cópia do contrato de arrendamento para habitação permanente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Cópia do último recibo de renda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



Câmara Municipal de Lisboa

Benefícios fiscais - IMI e IMT
Prédio urbano objeto de reabilitação urbana (art. 45.º do EBF)

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Identificação do requerente

Nome _____

Morada _____ Código Postal _____ - _____

Localidade _____ NIF / NIPC _____

Contacto telefónico _____ E-mail _____

Código de acesso à certidão do registo comercial _____

Código de acesso à certidão do registo predial _____

Na qualidade de ☐ Proprietário ☐ Outro _____

☐ Autorizo o envio de notificações, no decorrer deste processo, para as forma(s) de contacto indicada(s)

Identificação do local

Morada do imóvel _____

N.º de frações ou unidades independentes equiparadas _____ Processo de licenciamento / comunicação prévia n.º _____

Processo de reconhecimento de isenção de IMI (vistoria final) n.º _____
(apenas para efeitos de renovação)

Vem requerer

- ☐ **Vistoria inicial** para aferição do estado de conservação **antes** de obra de reabilitação
- ☐ **Vistoria final** para aferição do estado de conservação **após** realização de obra de reabilitação para efeitos de:
- ☐ **Isenção de IMI** por período de 3 anos (artigo 45.º, n.º 2, alínea a) do EBF)
- ☐ **Isenção de IMT** na aquisição de imóvel cuja intervenção de reabilitação teve início no prazo de 3 anos a contar da data de aquisição (artigo 45.º, n.º 2, alínea b) do EBF)
- ☐ **Isenção de IMT** na primeira transmissão de imóvel objeto de reabilitação urbana destinado a arrendamento para habitação permanente (artigo 45.º, n.º 2, alínea c) do EBF)
- ☐ **Isenção de IMT** na primeira transmissão de imóvel objeto de reabilitação urbana destinado à habitação própria e permanente do adquirente. Imóvel obrigatoriamente localizado em Área de Reabilitação Urbana (artigo 45.º, n.º 2, alínea c) do EBF)
- ☐ **Vistoria para efeitos de renovação da isenção de IMI** por período adicional de 5 anos
- imóvel afeto a **arrendamento para habitação permanente** (artigo 45.º, n.º 2, alínea a) do EBF)
- ☐ **Vistoria para efeitos de renovação da isenção de IMI** por período adicional de 5 anos
- imóvel afeto a **habitação própria e permanente** (artigo 45.º, n.º 2, alínea a) do EBF)



Câmara Municipal de Lisboa

Benefícios fiscais - IMI e IMT
Prédio urbano objeto de reabilitação urbana (art. 45.º do EBF)

DECLARAÇÃO

Tomei conhecimento de que:

- A partir de 01 de janeiro de 2018, a não apresentação do presente pedido em simultâneo com o de licenciamento ou de comunicação prévia da operação urbanística, quando exigível, tem como consequência a perda do direito ao reconhecimento do benefício fiscal decorrente da realização de obras de reabilitação, exceto se:
 - (a) já existir processo de controlo prévio entregue até 31 de dezembro de 2017
ou
 - (b) tenha sido efetuada vistoria antes da obra há menos de 3 anos e o imóvel mantenha o estado de conservação aferido
- O início das obras antes da realização da vistoria inicial tem como consequência a perda do direito ao reconhecimento dos benefícios fiscais decorrentes de obras de reabilitação urbana
- O início da obra e a identidade da pessoa encarregada da sua execução devem ser comunicados à CML, até 5 dias antes do seu início, nos termos do artigo 80.º A, n.º 1 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
- São devidas taxas (os pagamentos são efetuados simultaneamente com a apresentação dos pedidos) pelas vistorias para a determinação dos níveis de conservação do imóvel, sendo que, quando se tratem de várias unidades/frações - de um mesmo edifício que pertençam ao mesmo proprietário - para cada unidade, adicional à primeira, é devida uma taxa reduzida
- A vistoria para determinação do nível de conservação implica marcação prévia com o requerente para deslocação ao imóvel
- A determinação dos níveis de conservação é válida pelo período de 3 anos, desde que o imóvel mantenha o estado de conservação aferido
- A comunicação, que visa o reconhecimento dos benefícios fiscais IMI e IMT, é efetuada diretamente pela Câmara Municipal à Autoridade Tributária, que também notifica o requerente desse facto

Lisboa, _____

Pede deferimento

(Área reservada aos Serviços)

Lisboa, _____

O Técnico de Atendimento